

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
ANA PAULA TOSIN

**Trabalho de Conclusão de Curso
SISTEMÁTICA DE IMPORTAÇÃO DE
RESINA DE POLIETILENO REALIZADO
PELA COMISSÁRIA PIBERNAT**

ITAJAÍ
2008

ANA PAULA TOSIN

**Trabalho de Conclusão de Curso
SISTEMÁTICA DE IMPORTAÇÃO DE
RESINA DE POLIETILENO REALIZADO
PELA COMISSÁRIA PIBERNAT**

Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido para o Estágio Supervisionado do Curso de Comércio Exterior do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Gestão da Universidade do Vale do Itajaí.

Orientadora: Prof. Msc. Graziela Breitenbauch de Moura

ITAJAÍ
2008

Agradeço a Deus e a meus pais
pelo apoio e compreensão,
a minha orientadora
MSc. Graziela Breitenbauch de
Moura pelo auxílio e interesse
demonstrados.

“Ainda que chegues a viver cem
anos, nunca deixes de aprender”
Provérbio Persa

EQUIPE TÉCNICA

a) Nome do estagiário

Ana Paula Tosin

b) Área de estágio

Sistemática de Comércio Exterior

c) Orientadora de conteúdo

Prof.^a MSc. Graziela Breitenbauch de Moura

d) Supervisor de campo

Alessandro Oliveira

e) Responsável pelo Estágio

Prof.^a. Natalí Nascimento

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

a) Razão Social
Comissária Pibernat Ltda.

b) Endereço
Rua Gil Stein Ferreira, 357
88.301.360 – Itajaí SC
CNPJ: 92.102.433/0009-23

c) Setor de Desenvolvimento do Estágio
Importação

d) Duração do estágio
1560 horas

e) Nome e cargo do supervisor de campo
Alessandro Oliveira - Gerente

f) Carimbo e visto da empresa



AUTORIZAÇÃO DA EMPRESA

ITAJAÍ, 02 de Dezembro de 2008

A Empresa Comissária Pibernat Ltda, pelo presente instrumento, autoriza a Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, a publicar, em sua biblioteca, o Trabalho de Conclusão de Estágio executado durante o Estágio Supervisionado, pela acadêmica Ana Paula Tosin.

Alessandro Oliveira

RESUMO

Este trabalho apresenta o processo de despacho aduaneiro de importação de resina de polietileno. Apresenta o Tratamento Administrativo, identifica a legislação referente ao produto e relata o processo de importação. A pesquisa teve caráter qualitativo e utilizou meios bibliográficos e estudo de caso, com fins descritivos. Evidenciam-se os procedimentos burocráticos necessários para gozar de benefícios fiscais por se tratar, neste caso, de Estados-Membros do MERCOSUL. O trabalho também apresenta a documentação utilizada no desembaraço da mercadoria exigida pela Receita Federal, destacando que o preenchimento correto é fundamental para o sucesso da operação. Destaca-se que acordos comerciais com países e blocos econômicos fortalecem as relações internacionais refletindo na economia, e os benefícios fiscais servem como incentivo para importação brasileira aumentando a competitividade frente à globalização.

Palavras-chave: Despacho Aduaneiro. Importação. Resina de Polietileno.

LISTA DE SIGLAS

ACE: Acordo de Complementação Econômica

AFRMM: Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante

ALADI: Associação Latino-Americana de Integração

ALALC: Associação Latino-Americana de Livre Comércio

B/L: *Bill of Lading*

CI: Comprovante de Importação

CIF: *Cost, Insurance and Freight*

CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COA: Certificado de Análise

COFINS: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPF: Cadastro de Pessoa Física

DI: Declaração de Importação

DIAT: Diretoria de Administração Tributária

II: Imposto de Importação

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

INCOTERM: *International Commercial Terms*

IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados

LI: Licenciamento de Importação

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MERCOSUL: Mercado Comum do Sul

NCM: Nomenclatura Comum do Mercosul

ONU: Organização das Nações Unidas

PIS/PASEP: Programa de Integração Social/Programa de Formação do

Patrimônio do Servidor Público

PLMI – Protocolo de Liberação de Mercadoria Importada

RADA – Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

RDA: Registro de Despachante Aduaneiro

RF: Receita Federal

RG – Registro Geral

TEC: Tarifa Externa Comum

TUS: Taxa de Utilização do SISCOMEX

SISCOMEX: Sistema Integrado de Comércio Exterior

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Objetivo geral.....	19
1.2	Objetivos específicos	19
1.3	Justificativa	19
2.	A EMPRESA	20
2.1	Histórico.....	20
2.2	Ramo de atividade.....	21
2.3	Estrutura organizacional	21
2.4	Visão.....	22
2.5	Missão	22
2.6	Filosofia	23
2.7	Produtos	23
2.8	Mercados	24
3	REVISÃO DA LITERATURA	25
3.1	Contexto histórico do comércio internacional	25
3.2	Globalização e seus efeitos	27
3.2.1	Integração: a união de esforços em prol do comércio exterior.....	28
3.2.2	Regionalização.....	29
3.2.2	Mercosul.....	31
3.3	Histórico brasileiro nas importações	34
4.	METODOLOGIA.....	36
4.1	Tipo de pesquisa	36
4.2	Área de abrangência	37
4.3	Coleta e tratamento dos dados.....	37
4.4	Apresentação e análise dos dados	37
5	A PESQUISA.....	38
5.1	Argentina: a origem do produto	38
5.1.1	Relações Bilaterais Brasil-Argentina	38
5.2	Produto	40
5.3	Despacho aduaneiro na Comissária Pibernat.....	41
5.3.1	Carta do Ministério da Agricultura	42
5.3.1	Registro de Declaração de Importação	43
5.3.2	Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	45
5.3.4	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	46
5.3.5	Nota fiscal de entrada	46
5.3.6	Retirada do Recinto Alfandegado.....	47
5.3.7	Finalização do processo.....	48
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
7	SUGESTÕES PARA EMPRESA.....	52
	REFERÊNCIAS.....	53
	ANEXO A – TELA DE PARAMETRIZAÇÃO DO CANAL	55
	ANEXO B – FATURAL COMERCIAL.....	56
	ANEXO C – ROMANEIO DE CARGA	57
	ANEXO D – CONHECIMENTO DE EMBARQUE	58
	ANEXO E – CERTIFICADO DE ORIGEM.....	59
	ANEXO F - TELA DE PROTOCOLO.....	60

ANEXO G – TERMO DE ISENÇÃO AFRMM	61
ANEXO H – DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO.....	62
ANEXO I – TELA ACE 18	65
ANEXO J - PROTOCOLO LIBERAÇÃO DE MERCADORIA IMPORTADA (PLMI) .	66
ANEXO L – NOTA FISCAL INDIVIDUAL	67
ANEXO M – NOTA FISCAL MATRIZ	68
ANEXO N – COMPROVANTE DE IMPORTAÇÃO	69
ANEXO O – SOLICITAÇÃO DE CARREGAMENTO	70
ANEXO P – CARTA DO MAPA.....	71
ANEXO Q – CERTIFICADO DE ANÁLISES	72
ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS.....	73

1 INTRODUÇÃO

É cada vez maior o número de empresas direcionadas ao mercado externo, isso consolida um alto grau de tecnologia e desenvolvimento para países praticantes do comércio exterior. Todos buscam maior competitividade, em preços, qualidade de produtos e serviços, da maneira mais ágil possível.

Embora todos tenham objetivos semelhantes ao entrar no mercado internacional, cada país tenta proteger seu mercado nacional, através de entraves, tarifas alfandegárias, com o intuito de controlar e assegurar a entrada e saída de bens e serviços. A legislação deve ser seguida à risca, juntamente com vários procedimentos exigidos, seja por órgãos federais, seja por órgãos estaduais.

Com o intuito de aperfeiçoar o processo de importação, o despacho aduaneiro, aparece em forma de serviço terceirizado, disponibilizando profissionais direcionados a realizar a nacionalização da mercadoria com tempo e custos minimizados.

O presente trabalho tem por objetivo de demonstrar o processo de importação de resina de polietileno realizado pela Comissária Pibernat, empresa atuante no ramo de despacho aduaneiro.

A abordagem tem como foco identificar órgãos intervenientes no processo, seus procedimentos, tratamento administrativo, atendendo os objetivos da Política de Qualidade.

O trabalho está dividido em três partes: na primeira parte é apresentada a empresa Comissária Pibernat LTDA e a sua história, a estrutura organizacional, a missão e filosofia, os serviços e os mercados. A segunda parte é composta pela fundamentação teórica, na qual se destaca o princípio do comércio internacional e sua evolução, enfocando nos efeitos da atual globalização. Acrescido do MERCOSUL e um breve histórico das importações brasileiras. A terceira parte apresenta a pesquisa, destacando o tratamento administrativo para o produto, identifica sua legislação, verifica o cadastramento nos principais órgãos e relata o processo de importação.

1.1 Objetivo geral

Demonstrar o processo de importação de resina de polietileno realizado pela Comissão Pibernat.

1.2 Objetivos específicos

- * Apresentar o Tratamento Administrativo do SISCOMEX, referente ao produto importado.
- * Identificar a legislação de importação de resina de polietileno.
- * Relatar o processo de importação.

1.3 Justificativa

Em virtude da burocracia existente em um processo de importação, o presente trabalho serve como um conhecimento mais profundo e detalhado sobre as particularidades dos procedimentos necessários ao realizar um despacho aduaneiro de importação de polietileno.

Através da realização deste trabalho são identificados os trâmites inseridos nos processos de importações de polietileno, visando o aperfeiçoamento das operações de Despacho Aduaneiro na Comissão Pibernat.

Para a área acadêmica, a contribuição é no sentido de apresentar ordenadamente as exigências existentes no processo de importação e será uma oportunidade para colocar em prática o conhecimento adquirido durante o curso.

A pesquisa se delimita até a fase do despacho aduaneiro, não se estendendo à fase de negociação.

2. A EMPRESA

Neste capítulo é apresentada a empresa Comissária Pibernat LTDA¹ e seus principais aspectos organizacionais.

2.1 Histórico

A Comissária Pibernat atua no ramo de Comércio Exterior há mais de 20 anos, com início de suas atividades em 1987, em constante atualização de suas atividades.

No começo eram a vontade e um sonho. Abriram-se as fronteiras e o mercado começava a mudar. Continuando uma tradição familiar de mais de 50 anos em despachos aduaneiros no Rio Grande do Sul, a empresa Comissária Pibernat iniciou suas atividades em 1987, atendendo a demanda crescente do novo cenário de comércio exterior que iniciava.

Na primeira metade dos anos 90 o Brasil recém se abria ao Comércio Internacional. A instabilidade e as barreiras ainda eram muitas, contudo a Comissária Pibernat conquistou importantes clientes, especialmente da área química e petroquímica, os quais até os dias de hoje continuam utilizando os serviços e contribuem para o crescimento da organização.

É uma empresa pequena, em desenvolvimento, estruturada de forma bem distribuída, organizada e que tem como colaboradores uma equipe competente, com a preocupação de atender com diferenciação a cada um de seus clientes, perpetuando assim essa condição de excelência nos serviços prestados.

¹ Dados da empresa fornecidos em informativo interno.

2.2 Ramo de atividade

A empresa Comissão Pibernat Ltda. atua hoje, no Despacho Aduaneiro e serviços ligados ao comércio exterior em todas as principais fronteiras, portos, aeroportos e portos secos da região Sul do Brasil, na prestação de serviços de Comércio Exterior.

2.3 Estrutura organizacional

Em Itajaí, onde está sendo realizado o estágio, a organização é composta pelos seguintes cargos: Gerente, Analista Comex Pleno, Analista Comex Júnior, Operacional e Estagiário.

Por meio do organograma abaixo, pode-se observar a estrutura da filial da Comissão Pibernat onde está sendo realizado o estágio.

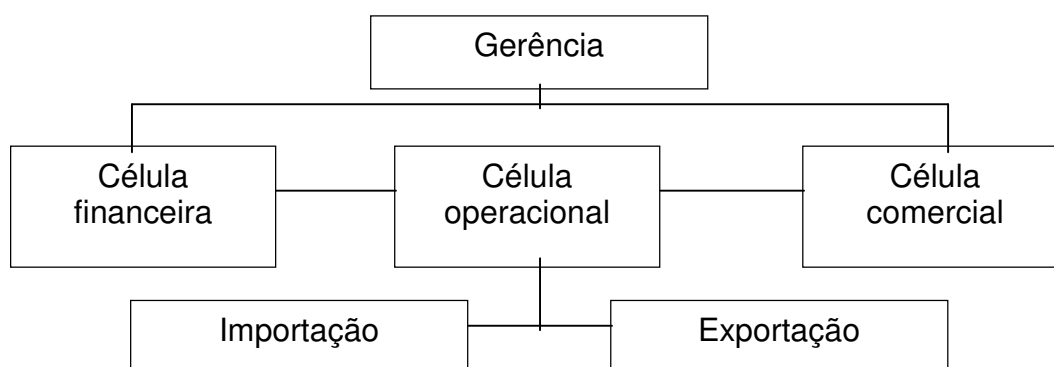


Figura 1 – Organograma da Empresa
Fonte: Comissão Pibernat (2008).

O gerente é responsável pelos trâmites dentro da empresa, bem como interliga de forma funcional todos os setores do escritório e é o responsável pela fiscalização da aplicação do sistema de padronização dentro da empresa ao qual é subordinada a gerência da Matriz.

O setor financeiro é responsável pelo recebimento de depósito, pagamento e materiais para o escritório, cuida de todos os recebimentos de numerário e controle de despesas inseridas em cada processo e cliente.

O setor operacional cuida do atendimento ao cliente focando os processos de Importações e Exportações, são os responsáveis pelo andamento dos processos e monitoramento desde o embarque até a liberação e cumprimento dos trâmites inseridos de acordo com a legislação vigente.

A célula comercial tem como função fazer as vendas e pró-vendas aos clientes, responsáveis pela apresentação da empresa a futuros clientes e contato para qualquer questionamento a fim de melhorar o andamento dos processos dentro da empresa.

2.4 Visão

Ser a melhor empresa prestadora de serviços de Comércio Exterior da Região Sul do Brasil.

2.5 Missão

Prestar serviços de Comércio Exterior, especialmente despachos aduaneiros, em todos os regimes e modalidades.

2.6 Produtos

Os serviços disponibilizados pela Comissária Pibernat estão divididos nas áreas de logística, assessoria, aduaneira e pagamentos.

Na área de logística, tem-se:

- Importação/Exportação (marítimo, aéreo e rodoviário)

Na área de assessoria de Comércio Exterior, tem-se:

- Projetos de Drawback;
- Pleito de redução de alíquota (EX);
- Composição de custos;
- Recursos e defesas na esfera administrativa;
- Logística;

Na área de pagamentos, tem-se:

- Impostos;
- Armazenagens;
- Transportes.

2.7 Mercados

A Comissária Pibernat atualmente conta com doze unidades distribuídas, instalada na cidade de Canoas no RS, onde se localiza a matriz, e com filiais no estado do RS, em Chuí, Jaguarão, São Borja, Uruguaiana e no Porto de Rio Grande; no estado de SC, em Itajaí e no Porto de São Francisco do Sul; e no PR, em Curitiba, Foz do Iguaçu e no Porto de Paranaguá.

O diferencial competitivo da organização fortalece o seu crescimento, por ser a única empresa de despachos aduaneiros presente por meio de unidades próprias em todas as principais fronteiras, portos e aeroportos da região Sul, e tem como objetivo futuro em ser a melhor empresa de prestação de serviços em Comércio Exterior da Região Sul do Brasil.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo é demonstrada a evolução do comércio internacional, a globalização e seus efeitos, o Mercosul e as importações brasileiras.

3.1 Comércio internacional

O período anterior ao da II Guerra Mundial foi marcado pelo excesso de protecionismo, o mercantilismo, que resultou em conseqüências desastrosas para todos os países. Stelzer destaca que:

Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), emergiu nova concepção de mundo. Do ponto de vista comercial econômico, implicou, definitivamente, Estado centralizador de poderes, regulamentando e orientando a iniciativa privada, em especial, quanto ao rumo que o trânsito de mercadorias deveria tomar. (STELZER, 2007, p.23)

Com o intuito de reverter essa tendência, surgiram teorias clássicas de comércio internacional, que defendiam o livre comércio como meio de melhorar a produção e consumo. Tais mudanças e instabilidades trazidas pelas duas grandes guerras, a tendência capitalista consolidou-se e modificou a política, a economia e a cultura de todo o território mundial.

A satisfação das necessidades e conforto transformou o comércio internacional essencial para os povos. Tais acontecimentos levam a uma era de integração e complementação industrial de bens e serviços.

Uma nova ordem foi também estabelecida no âmbito jurídico, proveniente de inúmeras situações históricas que exigiram um reposicionamento dos líderes do governo. Este aprimoramento da ordem jurídica internacional pode ser atribuído a alguns fatos históricos, como: o Congresso de Viena, em 1814/1815 quando, após a queda de Napoleão, fixou-se uma nova conduta internacional; em 1919, através da Liga das Nações, após o da 1ª Guerra Mundial e em 1947, através da carta das Nações Unidas que estruturou a Organização das Nações Unidas – ONU. (FERNANDES, 1997).

O comércio internacional hoje é imprescindível para todas as nações independentemente de seu grau de desenvolvimento econômico. Comercializam-se tanto bens de capital, produtos intermediários, como serviços. A busca não se limita a matérias-primas ou produtos finais, mas também a fatores de produção mais qualificados e com preços competitivos.

Contudo, nem todos os países acompanham o desenvolvimento com facilidade:

O crescimento econômico dos países tem sido realizado com grande instabilidade, crise, descontinuidade. Para o desenvolvimento econômico, os países gastam, consomem grandes quantidades de matérias-primas básicas, muitas vezes importadas, como o petróleo, minérios, que, uma vez gastos, não têm possibilidade de reposição. Na área de consumo básico, onde os alimentos ocupam destaque, seu consumo aumenta como consequência do aumento da população dos países e obviamente do mundo. Tudo isso gera problemas mais ou menos comuns a todos os países; ciclicamente temos assistido a eclosão desses tipos de crise, tipo “crise do petróleo” e outros insumos básicos. (GUIDOLIN, 1991 p.26)

As dificuldades citadas não apagam os benefícios que vieram com o crescimento econômico, a expansão dessa troca internacional favorece o progresso social e possibilita uma qualidade de vida melhor para as nações, e faz com que elas se tornem mais próximas, conhecendo um pouco mais de cada país existente, mesmo que ele esteja localizado do outro lado do mundo.

3.2 Globalização e seus efeitos

A globalização é, no cenário internacional, um dos termos mais discutidos. Dado o aumento no número de negociações entre países e ao avanço tecnológico, tornou-se uma necessidade a criação de normas uniformes que visem facilitar e assegurar o sucesso das transações. Entre outros objetivos, estas regras também permitem maior integração entre diferentes segmentos espalhados por todo o mundo.

O termo globalização, embora constantemente utilizado, denota o incremento da interconexão global. Manifestações evidentes são encontradas na vida social (econômica, cultural, tecnológica, política, legal e ambiental), fluindo através das fronteiras territoriais nacionais.

A globalização implica em uma nova configuração espacial da economia mundial, como resultado geral de velhos e novos elementos de internacionalização e integração. Se expresso não somente em termos de maiores laços e interações internacionais, como também na difusão de padrões internacionais de organização econômica e social, consumo, vida ou pensamento, que resultam do jogo das pressões competitivas do mercado e problemas impostos pelas novas condições internacionais de produção e intercâmbio. (VIEIRA, 1998, p. 73).

O abalo do Estado-Nação e o início de novas relações internacionais são as principais conseqüências da globalização. O Estado passou a contar com a iniciativa privada para consolidar seus objetivos e deixou de ser visto como o único ator social. Esta instituição passou, a partir de então, a adotar ações como a redução de sua atividade econômica e de sua estrutura administrativa, através da desregularização, demonopolização, venda de ações de empresas estatais ao setor privado e a concessão de serviços públicos. (DI PIETRO, 1996).

Dentre os fatores responsáveis pela mudança radical da realidade mundial, pode-se citar:

[...] emergência da informática aliada à tecnologia, a intensificação das relações comerciais, a reorganização dos padrões de gestão, a dinamicidade das finanças, o incremento de investimentos estrangeiros, o modo de produção desterritorializado e o desconhecimento das fronteiras nacionais. (STELZER, 2007, p.26)

Diante deste intenso fluxo entre as relações econômicas e sociais, a competitividade entre as nações tornar-se-ia um fator de muita relevância. Na busca de públicos consumidores, as grandes empresas desenvolvem estudos para aperfeiçoar seus produtos. As pesquisas de mercado e a necessidade de garantir a satisfação do consumidor resultam no avanço tecnológico, baseado na informatização de serviços e na automação e robotização de fábricas.

Maior competitividade e maior produtividade são sinônimas. Para atingir este patamar, é preciso, além de incrementar uso da tecnologia, reduzir os custos de matéria prima e mão-de-obra. Este pensamento configurou a Revolução Científico-Tecnológico, fenômeno que se tornou um instrumento primordial da globalização. (CARRION; VIZENTINI, 1998).

A entrada das multinacionais em diversos países do planeta foi possível graças ao desenvolvimento das novas tecnologias. As telecomunicações (internet e outros artifícios), o transporte e a informatização atuaram como uma espécie de passaporte de grandes empresas no cenário mundial.

A globalização, contudo, não se manifesta apenas sobre o comércio, mas sim em outras diversas atividades. Vieira afirma que é caracterizada por:

[...] fenômenos da esfera social, como a criação e a expansão de instituições supranacionais, a universalização de padrões culturais e o equacionamento de questões concernentes à totalidade do planeta (meio ambiente, desarmamento nuclear, crescimento populacional, direitos humanos, etc). (VIEIRA, 1998, p.72)

Nas questões sociais, a globalização impactou milhões de pessoas, trazendo a marginalização, a exclusão, o desemprego, a miséria, a fome, a mortalidade infantil. Os quais são sacrifícios necessários para alcançar o tão sonhado progresso. (STELZER, 2007).

A conduta e os interesses de cada país são o termômetro que mede a necessidade de cada nação de buscar afinidades políticas, comerciais e sociais, com outras, fazendo com que as distâncias se minimizem. A criação de economias de escala e o aumento de eficiência econômica das trocas são interesses primordiais do mundo globalizado.

3.2.1 Mercosul

O Mercosul representa hoje um agrupamento regional estável que tem aproveitado as oportunidades da globalização, atraindo assim, cada vez mais o interesse do mundo todo. É o primeiro processo de integração dos países sul-americanos a obter resultados concretos e abrir alternativas para melhor inserção internacional.

Embora ainda esteja na fase de integração econômica, conhecida como União Aduaneira, o bloco é o resultado de quase três décadas de tentativa de integração regional sob a forma de associações de livre comércio de países da América do Sul. Neste período surgiu também a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960, que posteriormente, em 1980 se tornou na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Os objetivos dessa Associação se assemelhavam aos da ALALC, mas seus princípios foram mais flexíveis quanto aos prazos para o estabelecimento de redução tarifária. Os primeiros anos da ALADI, no início dos anos 80, foram marcados pela crise do endividamento externo da América Latina, iniciado com a moratória decretada pelo México em 1982, que trouxe um impacto negativo no processo integracionista. (ACCIOLY, 2002, p.78).

Após alguns anos, Brasil e Argentina assinaram a Declaração do Iguaçu, em 1985. O acordo foi firmado na inauguração da Ponte Tancredo Neves, Foz do Iguaçu e *Puerto Iguazu* na Argentina. Este acordo deveria servir para dar maiores oportunidades para que outros países passassem a se integrar uns com os outros.

O endividamento externo, desemprego, *défit* fiscal, a necessidade de ampliação de mercados consumidores, foram algumas circunstâncias que levaram os governos do Brasil e Argentina a repensar em soluções, desta forma, em 1986 José Sarney e Raul Alfonsin (Presidente da Argentina), assinaram a Ata para Integração Argentino-Brasileira e mais 12 Protocolos. (STELZER, 2007).

A fim de incrementar e desenvolver mais os países, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai criaram oficialmente o Mercado Único do Sul – o Mercosul. O Tratado de Assunção de 1991 estabeleceu o projeto de um Mercado Comum entre os Estados-Partes.

A etapa provisória, consolidada em 31 de dezembro de 1994, tem como objetivo dar início e impulso à formação da etapa integrativa do bloco de mercado comum, e a etapa definitiva, que deveria ter iniciado em 1º de janeiro de 1995 com a consolidação de uma união aduaneira, busca a real efetivação de um mercado comum, dando continuidade a importantes avanços alcançados e sendo consequência necessária à adaptação da estrutura institucional destas mudanças. (LOCATELI, 2002, p.25).

O Tratado de Mercado Comum pressupõe a livre circulação de serviços, fatores de produção, a livre circulação de mercadorias e de pessoas.

A fim de se cumprir a primeira etapa do processo de integração, a zona de livre comércio foi tomada medidas na adoção de um programa de liberação comercial e na eliminação das barreiras não-tarifárias. Após esta, há outras duas: a união aduaneira e enfim o mercado comum.

Pereira (1998) classifica o Mercosul como união aduaneira imperfeita, pois este não cumpriu os critérios para formação de uma união aduaneira, estando ainda na primeira etapa da integração econômica.

Embora muitos problemas econômicos assolassem os países do Mercosul desde o final da década de 90 até a presente década, o Mercosul continua sendo uma realidade para os países membros, cujas mudanças econômicas são capazes de gerar perdas localizadas de empreendimentos importantes, porém não de inviabilizar totalmente as relações comerciais da região. (GIAMBIAGI; RERENBOIM, 2005).

Dentre os diversos acordos do Mercosul, o Acordo de Complementação Econômica Nº18 (ACE nº18), implementado no Brasil pelo Decreto nº550 de 27/05/1992, merece destaque por facilitar o estabelecimento do Mercado Comum.

Um ponto a ser levado em conta é que a estrutura governamental dificulta a consolidação das normas comunitárias, pois as decisões dependem da aceitação jurídica de cada Estado-Parte. As barreiras existentes não conseguem ser vencida, em virtude da lista de exceções na TEC, uma Tarifa Externa Comum, principal instrumento da política de comércio exterior.

Nos últimos anos houve um aumento significativo do comércio regional, o aumento do intercâmbio comercial, também tem funcionado como mecanismo auxiliar do processo de reestruturação produtiva em vários setores, a ainda a instalação de empresas nos Estados-Membros, comprovando que há uma maior confiança ao se tratar de bloco econômico.

3.3 As importações brasileiras

Nenhuma nação consegue ser auto-suficiente e se desenvolver de maneira eficaz, sem boas relações comerciais com outras nações. Importar significa ter acesso a produtos diferenciados, com qualidade e preços variados, muitas vezes não disponíveis no país.

Uma troca que beneficia todas as nações independentemente de seu grau de desenvolvimento:

O comércio internacional é setor de primordial importância tanto para países menos desenvolvidos, como para aqueles que atingiram estágio superior de desenvolvimento. Nos primeiros, os governos estão conscientes de que, da expansão do intercâmbio e da melhoria das condições de troca, muito depende o crescimento econômico; nas nações mais poderosas os esforços são renovados, visando às melhores posições do mercado mundial, necessárias à manutenção do ritmo de desenvolvimento, e assim, do prestígio de que desfrutam entre as demais nações. Indistintamente, portanto, países pobres e países ricos lutam para obter no comércio exterior recursos que favoreçam o incremento de suas importações de bens e de capital, produtos intermediários, serviços e bens de consumo, indispensáveis ao progresso social e à elevação dos padrões de vida de suas populações. (BIZELLI; BARBOSA, 1994, p.17)

Os primeiros sinais de abertura comercial no Brasil foram vistos durante o governo de José Sarney. Neste período, os regimes especiais de importação foram abolidos, a redundância tarifária foi reduzida, unificando a incidência tarifária dos impostos sobre as importações e promoveu uma redução de alíquotas.

Mais tarde, durante o governo de Collor, a abertura comercial passou a ser meta explícita, provendo a extinção de barreiras comerciais e o início de um programa de diminuição gradual das tarifas sobre importação, com o objetivo de interromper o processo inflacionário e criar condições de estabilidade para retomada do crescimento.

A década de 90 foi decisiva para a economia brasileira, houve um crescimento dos fluxos internacionais direcionados aos países em desenvolvimento. Em 1994, ocorreu a implementação do Plano Real, que reduziu o risco cambial e valorizou o câmbio, tornou o Brasil mais atraente para investimentos externos, acrescentado ao processo de integração do Mercosul e ao plano de aprofundamento de privatizações, são fatores que tornaram a estabilização econômica brasileira realidade. Entre 1993 e 1995, as importações tiveram um crescimento em torno de 100%.

Vieira (2007, p.17) destaca que, “O crescimento das Importações, num primeiro momento, foi mais acentuado em bens de capital, insumos industriais e matérias primas agrícolas de alta qualidade e com custo inferior aos praticados no mercado nacional.”

Com o elevado aumento nas operações de importação, a indústria nacional ganhou tecnologia e produtividade, modernizando-se assim, para aumentar a sua competitividade internacional.

Notam-se muitos investimentos privados e governamentais, nas indústrias brasileiras em variados setores, assim como na infra-estrutura dos modais de

transportes, com o intuito de aperfeiçoar a logística, diminuindo prazos de entrega e aumentando a qualidade nos serviços.

4. METODOLOGIA

Este capítulo visa descrever os procedimentos metodológicos aplicados ao presente trabalho, enfatizando os aspectos relacionados à caracterização da pesquisa e sua área de abrangência.

4.1 Tipo de pesquisa

Neste trabalho é utilizado o método qualitativo. Silva e Menezes (2000, p.20) afirmam que:

A interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave.

Em relação aos meios de investigação, o tipo de pesquisa é bibliográfico e estudo de caso. Como afirma Vergara (2000, p.48), “pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

No que se refere ao estudo de caso, Gil (2002, p.17) afirma que, “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”.

Quanto aos fins, a pesquisa é descritiva.

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreva, embora sirva de base para tal explicação. (VERGARA, 2000, p. 47)

4.2 Área de abrangência

Esta pesquisa se situa na área de Comércio Exterior, mais especificamente no que se refere à Sistemática de Importação, estudando os procedimentos executados no processo.

4.3 Coleta e tratamento dos dados

Para coletar os dados desta pesquisa são utilizados documentos do processo de acesso da empresa, artigos científicos, bibliografias pertinentes ao assunto e *sites* especializados de pesquisa. O tratamento de dados será através de análise de conteúdo dos textos e quadros.

4.4 Apresentação e análise dos dados

Os dados são apresentados em forma de textos explicativos, tabelas, e quadros.

5 A PESQUISA

Neste capítulo são demonstrados os procedimentos necessários para realizar um despacho de importação de resina de polietileno e os procedimentos operacionais e os benefícios fiscais, por se tratar de países-membros do Mercosul.

5.1 Produto

A resina de polietileno² é uma resina utilizada na fabricação de embalagens plásticas, tubos e conexões, produtos industriais, materiais para construção, entre outros.

Resinas de polietileno de Alta Densidade – HDPE NG 7000 – oferecem durabilidade, rigidez e resistência para aplicações de moldagem por sopro, produtos extrudados, filmes e itens moldados por injeção.

Para moldagem por sopro, trazem uma excelente combinação de firmeza e resistência a rupturas causadas pela tensão ambiental, tornando-as os materiais de escolha para muitas aplicações em cuidados pessoais, domésticos, embalagens industriais e produtos engarrafados em geral. As resinas para canos oferecem maior durabilidade e resistência contra rupturas para extrusão de canos, enquanto as resinas de filme de alto peso molecular proporcionam durabilidade e redução de medidas. As aplicações incluem sacolas de espessura fina e sacos de lixo e resíduos. Para moldagem por injeção, proporcionam tanto resistência quanto processabilidade, duas propriedades raramente alcançadas simultaneamente.

De acordo com a Tarifa Externa Comum (TEC), sua classificação é 3901.20.29. As alíquotas de tributos são: 14% de II, 5% de IPI, 1,65 de PIS/PASEP, 7,6% de COFINS e 17% de ICMS. Por se tratar de Países-Membros do Mercosul, através do Acordo Complementar 18 (ACE 18), o importador não recolherá o II porque é reduzido a 0%. Isto reduz a arrecadação do PIS/PASEP e COFINS, porque são tributos de efeito cascata.

² É um polietileno de alta densidade e alto peso molecular produzido pelo processo Gás Phase.

5.2 Argentina: a origem do produto

Neste item apresentam-se brevemente seus aspectos econômicos, sociais e culturais, sua relação comercial com o Brasil e a balança comercial existente entre os dois países nos últimos anos.

5.2.1 Relações Bilaterais Brasil-Argentina

Após séculos de disputa, Brasil e Argentina vêm demonstrando interesses em finalmente, consolidar uma parceria estratégica frente ao comércio internacional. Por se tratar dos dois maiores países do Mercosul, é essa relação que dita o ritmo do bloco. A maior aproximação dos dois países resulta de um projeto político de convergência de uma visão globalizada e focada nas relações exteriores.

Sua população é de aproximadamente 40,4 milhões (2007), composta por 85% de europeus meridionais, 7% eurameríndios, 0,4 ameríndios, e outros 7,6%. Seu idioma oficial é o espanhol, porém algumas línguas indígenas são faladas no interior do país. A moeda argentina é o peso e seu tipo de câmbio, desde a crise de 2002, é o de flutuação. Sua economia é composta por: produtos agrícolas (soja, milho, trigo, sorgo); pecuária (bovinos, caprinos, ovinos, aves); mineração (petróleo, gás natural, carvão); indústria (alimentícia, bebidas, química, refino de petróleo, equipamentos de transporte). Sua renda per capita é de U\$ 17.062. (ARGENTINA, 2008, p.01).

Nos últimos anos, diminuíram seus índices de inflação e desemprego. Desde 2002 sua economia vem experimentando fortes crescimentos. A América do Sul como um todo tem se expandido em função da redução das tarifas reduzidas proporcionadas pelos acordos comerciais preferenciais. O comércio de serviços, o setor de transporte aéreo e terrestre, e principalmente o setor financeiro também apresentam sinais de crescimento, podendo ser notados pelo estabelecimento de filiais de bancos. A relação bilateral aponta para um aprofundamento comercial, com

o governo de Cristina Kirchner, que possui um perfil mais diplomático comparado aos outros governos.

Os países do Mercosul possuem acordos que tornam as negociações entre si mais vantajosas. O ACE 18 é um deles, ele visa:

[...] promover o máximo aproveitamento dos fatores de produção, estimular a complementação econômica, garantirem condições eqüitativas de concorrência, facilitar a penetração dos produtos no mercado internacional e impulsionar o desenvolvimento equilibrado e harmônico dos países-membros. O acordo tem por objetivo facilitar a criação das condições necessárias para o estabelecimento de um Mercado Comum, a constituir-se em conformidade com o Tratado de Assunção. No Brasil, o acordo teve sua disposição internacional através do Decreto Nº. 550 27/05/1992 (SEC/di 407.1). (ACORDOS COMERCIAIS, 2008, p.01).

A resina de polietileno é favorecida com o ACE 18, pois através deste acordo, o Imposto de Importação será reduzido a 0%, a alíquota para este produto era de 14%. Este acordo também isenta o recolhimento do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), que é composto por 25% sobre o valor do frete e demais despesas lançadas pelo armador no sistema mercante, mais a taxa de R\$ 20,00 pela utilização do sistema do Ministério dos Transportes e mais uma tarifa de R\$ 1,20 pelo pagamento realizado através da internet.

Tabela 1 – Balança Comercial - Santa Catarina e Argentina em 2007

BALANÇA COMERCIAL	MÊS	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	SALDO	CORRENTE DE COMÉRCIO
Mercadoria:	JAN	9.079.761	0	-9.079.761	9.079.761
39012029	FEV	5.950.124	0	-5.950.124	5.950.124
outros -	MAR	6.891.766	0	-6.891.766	6.891.766
Polietilenos em	ABR	4.446.247	0	-4.446.247	4.446.247
Forma primária	MAI	9.274.884	0	-9.274.884	9.274.884
	JUN	6.190.396	0	-6.190.396	6.190.396
B. econômico:	JUL	2.241.295	0	-2.241.295	2.241.295
10 MERCOSUL	AGO	2.071.936	167.063	-1.904.873	2.238.999
País: 063	SET	3.544.256	0	-3.544.256	3.544.256
Argentina	OUT	6.255.569	0	-6.255.569	6.255.569
UF: 44	NOV	7.215.395	0	-7.215.395	7.215.395
Santa Catarina	DEZ	4.669.427	0	-4.669.427	4.669.427
Acumulado		67.831.056	167.063	-67.663.993	67.998.119

Fonte: Aliceweb (2008), adaptada pelo pesquisador

A tabela mostra a balança comercial entra Santa Catarina e Argentina. Pode-se observar que Santa Catarina tem um fluxo considerável de importações de polietileno e em contraposto as exportações do mesmo produto são praticamente inexistentes.

5.3 Despacho aduaneiro na Comissária Pibernat

Dá-se início ao despacho aduaneiro de importação do produto, quando é recebida uma mensagem do cliente, comunicando um embarque marítimo previsto. Juntamente com a mensagem, o cliente disponibiliza a documentação referente ao processo. Neste momento é iniciada a abertura física, em uma pasta onde os documentos serão mantidos, contendo na capa seus dados como, navio, importador, exportador, local de embarque e descarga da mercadoria.

Inicia-se também a abertura do processo no sistema de informática para a integração de informações entre o cliente e a comissária, o sistema gera um número que é a referência do processo. A referência é composta das letras ITJ, que significa que o processo pertence à filial de Itajaí, acrescidos de seis números. No sistema são lançados os mesmos dados contidos na capa física, e também outros como peso líquido e bruto, quantidade, volume, armador. Através do sistema o cliente poderá acompanhar cada passo do processo, como datas de vistorias, canal, taxa cambial, número dos documentos, até seu término.

Os documentos necessários para o processo ser aberto são: fatura comercial (*commercial invoice*), romaneio de carga (*packing list*), conhecimento de embarque (*bill of lading*), certificado de origem, certificado de análise. Com a documentação completa, é realizada uma análise documental para precaver futuros problemas.

O próximo passo é fazer uma estimativa dos custos necessários para o desembaraço e liberação da mercadoria. Elabora-se uma planilha constando despesas como frete marítimo, capatazia, taxas da agência marítima, custos de armazenagem, desunitização e vistorias portuárias.

Por causa da implementação do Siscomex Carga, é necessário que haja uma conferência detalhada das informações contidas na CE Mercante, número gerado pelo sistema mercante após lançamento de informações feito pelo armador referente ao conhecimento de carga, para evitar bloqueios e se preciso solicitar correções antecipadas.

5.3.1 Carta do Ministério da Agricultura

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da portaria 499/99, estabelece que toda embalagem que contenha madeira, deve ser tratada ao entrar no Brasil, para evitar propagação de fungos. Com a chegada do navio, a carga é armazenada no terminal, e a partir deste momento já pode ser vistoriada pelo MAPA. A Comissária Pibernat confecciona uma carta contendo timbre, nome do importador, produto, nome do navio, viagem, porto de origem, número dos contêineres, e seus lacres.

Após a vistoria, o engenheiro agrônomo responsável, emite um certificado que declara que as embalagens (*pallets* de madeira) foram tratadas e podem ser liberadas. Então, as autoridades competentes assinam a carta do MAPA.

Ao realizar a vistoria neste instante, o processo será mais ágil, pois assim que obtermos a presença de carga, o registro da declaração de importação (DI) será feito e ao sair o canal a mercadoria já poderá ser retirada do porto. Caso o registro fosse feito antes, seria necessário aguardar a presença de carga, e poderia provocar atraso de alguns dias, visto que a vistoria do MAPA ocorre somente em dois dias da semana, não sendo realizada em caso de más condições climáticas, como chuva.

5.3.2 Registro de Declaração de Importação

Após a partida do navio, é lançada a presença de carga pelo porto no sistema. Sem a presença de carga, não ocorre registros, pois ela serve para certificar que todos os contêineres listados no conhecimento de embarque, estão no porto de destino e sem avarias. O fiel depositário, ou seja, o responsável pela mercadoria, anteriormente era o armador e com a presença de carga passa a ser o porto.

Neste instante o processo está pronto para o registro da Declaração de Importação (DI). A Comissária Pibernat possui um *software* para a confecção do registro de DI, o DDGipLite, onde efetua-se a digitação um dia antes da chegada do navio, para que seja feita a conferência quando o navio já estiver atracado.

A digitação é feita e conferida pelos analistas, então o DDGipLite calcula os impostos a serem pagos: Imposto de Importação (II), Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), Programa de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Taxa de Utilização do SISCOMEX (TUS). Estes valores serão debitados na conta corrente do cliente, e assim que autorizado o débito, é iniciado o registro.

Para iniciar o registro, o DDGipLite é integrado ao SISCOMEX, transmitindo todos os dados anteriormente digitados. Existe no SISCOMEX a opção de mandar o processo para análise, se as informações estiverem corretas, aparecerá no diagnóstico a cor verde. Se as informações estiverem incorretas, divergentes ou incompletas aparecerá a cor amarela ou vermelha. Amarelo é um aviso de que as informações não estão de acordo. Vermelho além de ser um aviso, bloqueia o registro, enquanto a situação não for normalizada.

Outra opção é mandar o processo para registro, que ocorre de uma forma aleatória de parametrização, e a conferência aduaneira seguirá de acordo com a parametrização:

* Canal Verde: nesta parametrização, não é necessário a análise documental, pois ocorre o desembaraço aduaneiro da mercadoria automaticamente, dispensando também a conferência física e a apresentação de documentos na Aduana. (ANEXO A)

- * Canal Amarelo: neste canal ocorre o exame documental, se não for constatado nenhuma irregularidade o processo será desembaraçado.
- * Canal Vermelho: neste caso, se faz necessário uma análise documental e uma conferência física da mercadoria.
- * Canal Cinza: esta parametrização indica que ocorrerá a análise documental, a conferência física e um exame de valoração aduaneira.

Ao ser parametrizado em canal verde, a mercadoria é automaticamente desembaraçada, podendo já imprimir o Comprovante de Importação (CI), que estará disponibilizada no SISCOMEX após o horário pré-determinado pela Aduana. Embora a mercadoria parametrize nos canais verde ou amarelo, a fiscalização pode solicitar a apresentação de documentos de instrução de despacho, ou até mesmo a conferência física da mercadoria. Se for parametrizado nos canais amarelo, vermelho ou cinza, é obrigatório a apresentação de documentos de instrução a Aduana, para que o processo seja desembaraçado. Estes documentos são:

- * Fatura Comercial original (*Commercial Invoice*): é um contrato internacional usado para legitimar a negociação. Este documento contém nome do importador e exportador, produto, quantidade, preço total e unitário, peso líquido e bruto, formas de pagamento, *Incoterm (International Commercial Terms)*, assim como exige o artigo 497 do Regulamento Aduaneiro. (ANEXO B)
- * Romaneio de Carga (*Packing List*): este documento é a lista de carga, descreve embalagens, informando quantidade, volume, peso líquido e bruto. (ANEXO C)
- * Conhecimento de Embarque (*Bill of Landing – B/L*): este documento deve estar liberado pela agência marítima, contém informações como: importador, exportador, consignatário, peso bruto e líquido, Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), produto, quantidade, porto de origem e de descarga, valor do frete, taxas adicionais, capatazia, numeração dos contêineres. (ANEXO D)
- * Certificado de Origem: este documento serve como comprovante da procedência do produto, e no caso por se tratar da Argentina, resultará em benefícios fiscais. As informações obrigatórias são: produto, valor, NCM, importador, exportador, quantidade e o acordo que permite o uso de

benefícios fiscais. Deve estar assinado e carimbado pela autoridade competente, é emitido pela Câmara Argentina de Comércio. (ANEXO E)

* Tela do SISCOMEX: Esta tela comprova o recolhimento dos tributos: IPI, TUS, PIS/PASEP e COFINS. (ANEXO F)

Ao entregar os documentos de instrução de despacho, a Aduana inicia a análise documental.

No canal amarelo, a Aduana solicita somente a documentação para realizar uma análise documental.

No canal vermelho, é necessária a conferência física, para tanto é agendado a data, e é solicitado a desunitização do contêiner para data agendada.

No canal cinza, além da análise documental e física, também será realizado uma análise da valoração aduaneira da mercadoria.

Concluído o desembaraço, terá início a liberação da mercadoria e seu carregamento.

5.3.3 Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante

Esta contribuição é composta por 25% (vinte e cinco por cento) do valor do frete e despesas lançadas pelo armador, acrescido de uma taxa de R\$ 20,00 pela utilização do sistema do Ministério dos Transportes, e um acréscimo de R\$ 1,20 por utilizar o pagamento via internet.

Como se tratar de uma importação ocorrida dentro do Bloco Mercosul, Brasil e Argentina, o AFRMM é isento, através do ACE nº 18 Mercosul. Para que ocorra a isenção é necessário apresentar na Marinha Mercante a seguinte documentação:

* Carta em papel timbrado da empresa, contendo o consignatário da carga, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), número do CE mercante, tipo de isenção, número do acordo, Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante legal, data, carimbo e assinatura. (ANEXO G)

* Uma cópia do B/L liberado pela agência marítima.

- * Uma cópia da fatura comercial.
- * Uma cópia do certificado de origem.
- * DI carimbada e assinada. (ANEXO H)
- * Tela extraída do SISCOMEX, que mostra o ACE. (ANEXO I)

5.3.4 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A empresa importadora possui um regime especial com o governo de Santa Catarina, Regime Especial nº 161/2003-5 DIAT (Diretoria de Administração Tributária). Esse regime possibilita a liberação da importação sem a comprovação do recolhimento do tributo.

Este regime especial foi conseguido pela empresa, diretamente com a SEF de Santa Catarina. A Comissão Pibernat não possui acesso a estas informações.

É solicitado a exoneração automática de ICMS para a entrada da mercadoria no Brasil, feita através do SISCOMEX. Como o estabelecimento importador é domiciliado em Santa Catarina, a liberação da mercadoria junto ao recinto alfandegado ocorre por meio do Protocolo de Liberação de Mercadoria Importada (PLMI). O PLMI é consultado no site da Fazenda Estadual de Santa Catarina, e emitido para dar início ao processo de liberação da mercadoria. (ANEXO I)

5.3.5 Nota fiscal de entrada

Para liberar a mercadoria no recinto alfandegado, devem ser apresentadas as notas fiscais de entrada no país, confeccionadas pela Comissão Pibernat.

As notas devem conter os seguintes dados: exportador, natureza da operação, descrição dos produtos, NCM, quantidade, valor unitário, valor total, transportador, referência do processo, número da DI e número de cada contêiner.

É confeccionada uma nota individual, para cada contêiner conforme anexo L, e uma nota matriz, anexo M, que engloba todos os contêineres de determinado processo. A nota matriz é a nota de entrada no país, e as notas de cada contêiner são para transferência da mercadoria do porto até o destino final.

5.3.6 Retirada do Recinto Alfandegado

Para retirar a mercadoria do recinto alfandegado é necessário efetuar o pagamento da armazenagem, mas para isso, o ICMS deve estar exonerado no SISCOMEX, o AFRMM isento e o Comprovante de Importação (CI) emitido. (ANEXO N)

Os valores que o recinto cobra são: do 1º ao 3º dia não é cobrada armazenagem, somente o levante no valor de R\$ 46,00. Do 4º ao 7º dia é cobrado 0,13% sobre o valor CIF da mercadoria. Do 8º ao 10º dia o valor é de 0,26% do valor CIF. E a partir do 11º o valor é de 0,11% ao dia do valor CIF.

O próximo passo é a confecção de uma carta, uma solicitação de carregamento, conforme anexo O, contendo o nome do importador, a transportadora e seu CNPJ, nome do navio, contêineres, em papel timbrado do despachante. Além desta carta, devem ser apresentados um jogo de documentos, estes são:

- * CI
- * DI carimbada e assinada
- * B/L original liberado pela agência marítima
- * Carta assinada pelo MAPA. (ANEXO P)
- * PLMI
- * Cópia do RG, CPF e RDA/RADA do despachante e pessoa que efetuar a liberação
- * Nota fiscal juntamente com cópia

Os documentos são entregues aos funcionários do recinto alfandegado, e após a conferência, é emitida a ordem de carregamento que autoriza a saída dos contêineres do porto. Então se envia um e-mail ao setor de capatazia, para fazer a

programação de carregamento, e o setor agenda um horário para retirada dos contêineres.

Para a transportadora retirar os contêineres, ela deve apresentar as notas fiscais, a nota matriz juntamente com a DI e o Certificado de Análise (COA), conforme anexo Q, e uma nota para cada contêiner.

5.3.7 Finalização do processo

Quando os contêineres são carregados e os recibos de serviços portuários são entregues, o processo já pode ser finalizado. Estes são: recibos de levante, armazenagem, vistoria do MAPA. Em casos de canal vermelho ou cinza: recibos de vistoria da Receita Federal, scanner, pesagem, abertura do lacre. Todos estes recibos vão para o importador acrescidos dos seguintes documentos:

- * CI
- * DI assinada e carimbada
- * Fatura comercial
- * Romaneio de carga
- * Certificado de origem
- * B/L original
- * Certificado de análise
- * Uma cópia de cada nota fiscal

A atualização no Pibernat também deve ser feita, contendo as datas e horários dos principais acontecimentos do processo:

- * Abertura do processo
- * Recebimento de documentos
- * Recebimento do B/L original
- * Data de embarque/chegada
- * Entrada no recinto alfandegado
- * Data de registro da DI
- * Parametrização/canal
- * Data da liberação

E também são lançados os números de cada documento que está no processo. Todos os recibos e documentos são digitalizados para estar arquivados na empresa e posteriormente enviados ao importador.

Na Figura 2, é apresentado o fluxograma do despacho de importação especificando cada etapa:

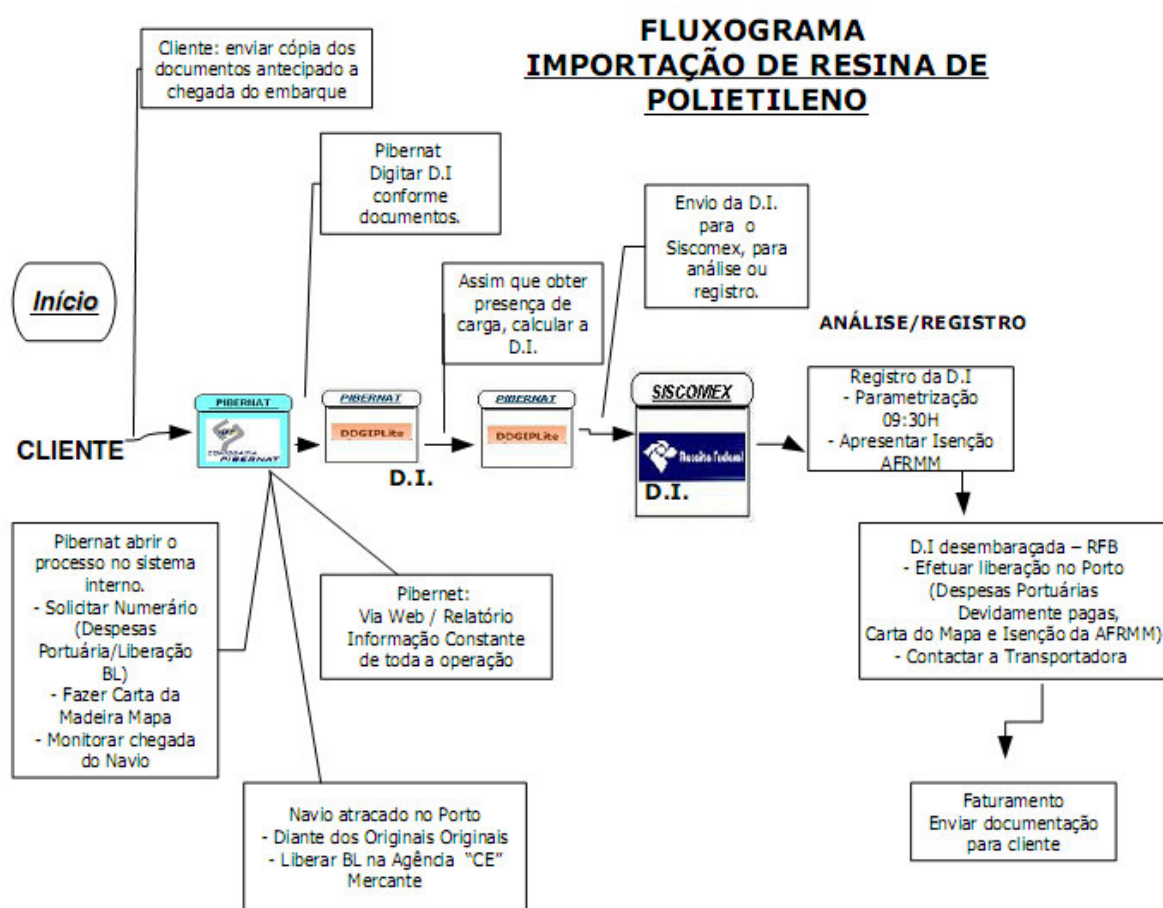


Figura 2 – Fluxograma de Despacho de Importação de Polietileno

Fonte: Comissão Pibernat (2008).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio internacional representa uma ferramenta fundamental para a economia de um país. A globalização promove a integração econômica entre as nações, e através de acordos é possível na prática, adquirir benefícios fiscais. A abertura comercial do Brasil, trouxe um grande crescimento econômico com ganhos de produtividade e competitividade, e também de pobreza e desemprego.

O Mercosul foi o passo decisivo do Brasil, proporcionando um fortalecimento econômico, ganhos de escala e especialização. Outras vantagens podem ser notadas, ao se comercializar entre Estados-Membros, os chamados incentivos fiscais. Desta forma, o produto estudado, recebe isenção de II e AFRMM, através do Acordo Complementar Econômico 18.

Com a conclusão deste trabalho foi possível apresentar o processo de importação de resina de polietileno. O tratamento administrativo para este produto apresenta pouca burocracia, visto que o produto não é controlado por órgãos anuentes e tampouco há a necessidade de Licença de Importação (LI). Tais peculiaridades tornam o processo mais ágil e simples.

Relatam-se todas as etapas e os procedimentos necessários para realizar cada uma delas, desde o recebimento da documentação até a liberação da mercadoria junto ao recinto alfandegado.

Identifica-se a legislação pertinente à resina de polietileno, e destaca-se que toda a documentação do despacho, deve estar preenchida de forma correta, a fim obter o desembaraço rapidamente e os benefícios fiscais.

Dessa forma, os objetivos deste trabalho foram cumpridos, visto que, foi apresentada a sistemática que envolve o despacho aduaneiro de importação de resina de polietileno.

Conclui-se que o estágio foi de grande importância para acadêmica, por ter adquirido conhecimento e por ter se aprofundado em um assunto que faz parte da rotina na empresa da estagiária. Este estudo certamente possibilitará um desempenho aperfeiçoado das funções na empresa.

7 SUGESTÕES PARA EMPRESA

A Comissão Pibermat iniciou suas atividades a pouco mais de 20 anos, e vem apresentado um crescimento acelerado de clientes e conseqüentemente, de número de processos.

Todavia, percebe-se a necessidade de haver integrações entre sistemas, para diminuir o tempo gasto com lançamento de documentação. Nota-se que são usados três sistemas: SISCOMEX, DDGipLite e Pibernet. E desses três, apenas o SISCOMEX e o DDGipLite se integram, para o Pibernet há a necessidade de lançar toda a documentação e dados referentes ao processo novamente, acarretando maior tempo para cada processo.

Como existe um volume alto de contêineres deste cliente, a cada navio, aproximadamente 80, qualquer detalhe poderá atrasar a liberação do porto. Partindo deste ponto, percebe-se a necessidade de deixar os processos com a vistoria do MAPA previamente agendada. Da mesma forma, a digitação dos documentos no DDGipLite, com impostos calculados, visto que o SISCOMEX disponibiliza a taxa cambial com até um dia de antecedência. Os B/Ls também já devem estar liberados pela agência assim que obtiver a presença de carga, porque caso parametrizem em canal verde, poderão ser liberados no dia seguinte ao registro da DI.

Outra sugestão é a máxima atenção ao preencher documentos. Em qualquer etapa, o erro ocasionará atraso e reformulação do documento, porém se ocorrer no momento da digitação da DI, poderá ocasionar multas e custos extras.

Sugere-se assim que cada elemento da equipe colabore, com atenção e agilidade para buscar a satisfação do cliente transmitindo confiabilidade nas operações.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, E. **Mercosul e União Européia: estrutura jurídico-institucional**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002.

ACORDOS COMERCIAIS - BRASIL » EXTERIOR: **Acordo de Complementação Econômica nº 18 (ACE 18)**. Disponível em: <<http://www.acinh.com.br/indexpor.html>>. Acesso em: 15 set. 2008.

ARGENTINA. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/paises/argentina/>>. Acesso em: 15 set. 2008.

BALANÇA COMERCIAL: **Santa Catarina e Argentina**. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 06 out. 2008

BIZELLI, J. dos S; BARBOSA, R. **Noções Básicas de importação**. 8.ed. São Paulo: Aduaneiras, 1994.

CARRION, R.K..M; VIZENTINI, P.G.F. **Globalização, Neoliberalismo, Privatizações: quem decide o jogo**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas 1996..

FERNANDES, E. C. **Sistema Tributário no Mercosul**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

GIAMBAGI, F; BERENBOIM I. **Mercosul: por uma nova estratégia brasileira**. Texto para discussão. Rio de Janeiro: 2005.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2002.

GRIECO, F.A. **O Brasil e a globalização Econômica**. São Paulo: Aduaneiras, 1997.

GUIDOLIM, B: **Economia e Comércio Internacional ao Alcance de Todos**. São Paulo: Aduaneiras, 1991.

LOCATELI, C. C. **Mercosul: Tribunal Arbitral ou Permanente?** Curitiba: Juruá, 2002.

PEREIRA, L.V; BRANDÃO, A. S. **Mercosul: Perspectivas da Integração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SENE, E. de; MOREIRA, J.C. **Geografia Geral do Brasil: espaço geográfico e globalização**. São Paulo: Scipione, 1998.

STELZER, J. **Introdução às Relações do Comércio Internacional**. Itajaí: Univali, 2008.

SILVA, E. L; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. UFSC, Florianópolis, 2000.

VERGARA, S.C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, A. **Importação: Práticas, Rotinas e Procedimentos**. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

VIEIRA, L. **Cidadania e Globalização**. 2.ed. Rio de janeiro: Record, 1998.

ANEXO A – TELA DE PARAMETRIZAÇÃO DO CANAL

PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	
Número da DI 08/1752886-0	Data e Hora da Consulta 20/11/2008 11:07
AFRMM AFRMM LIBERADO	
ICMS NECESSIDADE DE ENTREGA AO DEPOSITARIO DE DOCUMENTO DE RECOLHIMENTO/EXONERACAO DO ICMS	
Situação Descrição da Situação do Despacho DECLARACAO DESEMBARACADA Data de Desembaraço 05/11/2008 Canal  Verde	
Funcionário Responsável NAO CADASTRADO	
 Sair	

ANEXO B – FATURAL COMERCIAL

COMMERCIAL INVOICE

INVOICE NUMBER: E 0034-00033844

DATE: 14 OCT 2008

EXPORTER		IMPORTER		
PRODUCT				
QUANTITY	DESCRIPTION	NET WEIGHT Kg	UNIT PRICE	TOTAL
3960	Polyethylene Resin High Density NG 7000 NCM: 3901.20.29 POYETHYLENE NG 7000 HIGH DENSITY 3960 bolsas acondicionadas en 72 pallets 55 BAGS/PALLET 25 KG BAG PRODUCT ORIGIN: Buenos Aires - Argentina DESTINATION: Itajaí – SC - Brasil CONSIGNEE AND NOTIFIED: CNPJ:	99.000,000	USD/KG	
NET WEIGHT: 99.000.000 GROSS WEIGHT: 100.485.000		DELIVERY TERMS FOB BUENOS AIRES PUERTO PORT OF SHIPMENT: Buenos Aires Puerto PORT OF DELIVERY: Porto de Itajaí		TOTAL: FOB VALUE
PAYMENT CONDITION: 120 DAYS AFTER DATE OF INVOICE		CURRENCY: US DOLLARS		DUE DATE: 01/DIC/2008
MARCAS:				
CONTACT FOR DOCUMENTATION ISSUES: Telephone:				Data 14 OCT 2008

ANEXO C – ROMANEIO DE CARGA

PACKING LIST N° 02214464/0001				
EXPORTER		IMPORTER		
VESSEL: LOG-IN SANTOS 002N		PORT OF LOADING BUENOS AIRES	PORT OF DISCHARGE ITAJAÍ	
NCM: 3901.20.29		INVOICE N° E 0034-00033844	RE 08003008ADEF	
QUANTITY	DESCRIPTION OF GOODS	NET WEIGHT	GROSS WEIGHT	CBM
3960	Polyethylene Resin High Density NG 7000 3960 BOLSAS ACONDICIONADAS EM 72 PALLETS / 55 BAGS/ PALLET 25 KG BAG	99.000,000	100.485,000	97,81
TOTAL		99.000,000	100.485,000	97,81
EXPORTER				

ANEXO D – CONHECIMENTO DE EMBARQUE

EMBARCADOR/SHIPPER		BILL OF LANDING:	
		902257808002N	
CONSIGNATÁRIO/CONSIGNEE			
NOTIFICADO/NOTIFY		BOOKING:	
		NUBE_1289/56	
NAVIO E VIAGEM /VESSEL AND VOY		PORTO DE EMBARQUE/PORT OF LOADING	
LOG-IN SANTOS V.002N		BUENOS AIRES	
PORTO DE		DESTINO/PLACE OF DELIVERY	
ITAJAÍ		ITAJAÍ	
MKS &/NOS CONT. NOS	DESCRIPTION OF PACKAGES AND GOODS		PESO BRUTO/ GROSS WEIGHT
Container Type AMFU8900996 40' HC AMFU8947334 40' HC CAXU4905747 40' HC CAXU9336155 40' HC	SHIPPER SAID TO CONTAIN 4 X 40' HC S.T.C. 3960 BOLSAS ACONDICIONADAS EM 72 PALLETS CON 99.000 MT DE: POLYETHYLENE RESIN NG 7000 HIGH DENSITY 25 KG BAG NCM:3901.20.29 REF: MARCAS: SHIPMENT:0897639 FREIGHT COLLECT 48,906 m P/ CTN "FREGHT PAYABLE AT / BY DESTINATION"		100.485.000
			PESO LÍQUIDO/ NET WEIGHT
			99.000.000
	DECLARED VALE \$ RATED AS PER RATE THC ORIG 4,0 EACH US\$ THC DEST 4,0 EACH R\$ OCEAN FREGHT 4,0 EACH US\$		
	TOTAL PREPAID: US\$ TOTAL COLLECT: US\$ R\$		
BUENOS AIRES 18/10/2008		METRAGEM/MEASUR: 97,812	

ANEXO E – CERTIFICADO DE ORIGEM

CERTIFICADO DE ORIGEN DEL MERCOSUR

1. Productor final o exportador (Nombre, dirección, país)		Identificación del Certificado (Número) 004027		
2. Importador (Nombre, dirección, país)		Nombre de la Entidad Emisora del Certificado CAMARA ARGENTINA DE COMERCIO 		
3. Consignatario (Nombre, país)		Av. Leandro N. Alem 36 (C1003AAW) Buenos Aires - Argentina		
4. Puerto o lugar de embarque previsto Informes Aduaneros		5. País de destino de las mercaderías Brazil		
6. Medio de transporte previsto DESCRIPCION		7. Factura comercial Número: 0034-C0831164 Fecha: 14/10/2008		
8. Nº de Orden (A)	9. Códigos NCM	10. Denominación de las Mercaderías (B)	11. Peso Líquido o Cantidad	12. Valor FOB en Dólares (US\$)
3	3903.20.25	Para Senda = Sin carga = Poliétileno de densidad superior o igual a 0,94 • Polímeros de etileno en forma primarias POLYETHYLENE NO THERMOSENSITIVE 25 KG BAG	3.968 BAG	173.350,90
ORIGINAL				
13. Normas de Origen (C)		1. ELIV PROCEDE ADICIONAL-CAPITULO 217-ARTICULO 1º- inciso c)		
14. Observaciones				
CERTIFICADO DE ORIGEN				
15. Declaración del Productor Final o del Exportador: Declaramos que las mercaderías mencionadas en el presente formulario fueron producidas en el territorio de origen. Y están de acuerdo con las condiciones de origen establecidas en el Acuerdo de A.A.R.C.B., Anexo 1B. Fecha: 14/10/2008			16. Certificación de la Entidad Habilitada: - Certificamos la veracidad de la declaración que antecede de conformidad con la legislación vigente. Cámara Argentina de Comercio Fecha:	
Firma y Sello			Firma y Sello	

Ver al curso

ANEXO F - TELA DE PROTOCOLO

Protocolo / Declaração

Protocolo: 0985076607 Declaração / Sequência: 08/1752886-0 00

Dados da Declaração

Data do Registro: 04/11/2008 Hora do Registro: 19:39:54 URF Despacho: 0927700

Ocorrência: PROTOCOLO COM REGISTRO DE DI

Dados do Débito em Conta

Banco: 341 Agência: 00912

Conta: 000000000000000000304

Data de Arrecadação: 04/11/2008

Data do Estorno: --/--/----

Hora do Estorno: --:--:--

Tributo	Valor debitado
1038	
7811	
5602	
5629	

 **OK**

ANEXO G – TERMO DE ISENÇÃO AFRMM

Ao Sr(a) Diretor (a) do DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE DE AFRMM/ SFAT/MT.
SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO DO DE AFMM de .

SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO AFRMM ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO AFRMM

Solicitamos a concessão da isenção do pagamento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, em conformidade com o que estabelece a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, DOU 14.07.2004, o Decreto nº 5.543, de 20 de setembro de 2005, D.O.U. de 21.09.2005 e a Norma Complementar nº 001/2008, aprovada pela Portaria nº 72, de 18 de março de 2008, do Ministro de Estado dos Transportes. Na oportunidade, anexamos documentação básica, conforme indicado no Anexo VII da referida Norma.

Nº CE-MERCANTE: 170.805.200.617.502

TIPO DE ISENÇÃO: TOTAL ACE nº 18 MERCOSUL (BRASIL/ARGENTINA)

Fundamento Legal: ALINEA “B” DO INCISO V DO ARTIGO 14 LEI 10893/2004

Isenção Total (X)

Isenção Parcial ()

Peso/volume isento:

Frete isento:

Nº DI/DSI: 08/1752886-0

CONSIGNATÁRIO ESTRANGEIRO:

Nº Passaporte:

CONSIGNATÁRIO NACIONAL :

CPF:

(PREENCHER APENAS PARA ISENÇÃO–BAGAGEM)

Nº DO ATO CONCESSÓRIO:

(PREENCHER APENAS PARA ISENÇÃO – DRAWBACK)

CNPJ DO CONSIGNATÁRIO:

NOME DO CONSIGNATÁRIO:

CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:

LOCAL, DIA, MÊS E ANO:

ITAJAÍ 05 DE NOVEMBRO DE 2008

CONSIGNATÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL:

ANEXO H – DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO

Declaração: 08/1752886-0

Data do Registro: 04/11/2008

1/3



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB

EXTRATO DA DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO
CONSUMO

Modalidade do despacho: NORMAL

Quantidade de adições: 0001

Importador**Adquirente da Mercadoria**

CNPJ:

Representante Legal

CPF:

Carga

Tipo do Manifesto: MANIFESTO DE CARGA

Número do Manifesto: 001

Recinto Aduaneiro:

Embalagem: SACA

Peso Bruto: 100.485,00000 Kg

Quantidade: 03960

Peso Líquido: 99.000,00000 Kg

Valores

Frete:

Seguro:

VMLE:

VMLD:

Moeda

DOLAR DOS EUA

DOLAR DOS ESTADOS UN

DOLAR DOS ESTADOS UN

Valor**Declaração de Exportação Estrangeira**

Número da DE	RE Inicial	RE Final
08003EC01006456L0001		0001

Tributos

I.I.:

I.P.I.:

Pis/Pasep:

Cofins:

Direitos Antidumping:

Suspenso

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

A Recolher

Data da emissão: __/__/__

 Assinatura do Representante Legal

Declaração: 08/1752886-0

Data do Registro: 04/11/2008

2/3

Dados Complementares

DESPACHANTES AUTORIZADOS A INTERVIR NA DI:
 ALESSANDRO OLIVEIRA
 MARCELO PETRY
 AJUDANTE DESPACHANTE ADUANEIRO:
 ALAN MAIO HILLESHEIM
 CARLOS EDUARDO ARAUJO AQUINO

=====

ICMS DIFERIDO IMPORTAÇÃO MATERIA PRIMA, REGIME ESPECIAL NR
 161/2003-5.

=====

CONTAINER: AMFU8900996, AMFU8947334, CAXU4905747, CAXU9336155
 THC: R\$ 1.600,00
 IDENTIFICAÇÃO MASTER : 170805200617502
 IDENTIFICAÇÃO HOUSE B/L : CEMERCANTE31032008
 DATA CHEGADA :27/10/2008
 TAXA SISCOMEX :
 VEÍCULO :LOG-IN SANTOS
 LOCAL EMBARQUE :BUENOS AIRES - ARGENTINA
 DATA DE EMBARQUE :18/10/2008
 VOLUMES :SACA - 3960
 VALOR CIF REAIS :
 FATURA COMERCIAL: E 0034 - 00033844
 CERTIFICADO DE ORIGEM: 284027
 CONHECIMENTO DE CARGA: 902257808002N
 ROMANEIO DE CARGA: 02214464/0001
 NOSSA REFERÊNCIA:
 SUA REFERÊNCIA:
 REFERÊNCIAS DO CLIENTE:

VALOR MLE EM REAIS: R\$
 VALOR DOS ACRÉSCIMOS EM REAIS: R\$
 TAXA DOLAR USD: 2,1153000
 TAXA MOEDA FOB :2,1153000
 TAXA MOEDA FRETE :2,1153000
 Adição: 001 NCM : 39012029
 Valor Aduaneiro : R\$
 Total FOB : R\$
 Total FRETE INTERNACIONAL : R\$
 Total SEGURO : R\$
 II : 14,00% Red : 0,00%
 Alíquota Acordo do II : 0,00% R\$
 Tipo de Acordo: Aladi
 IPI : 5,00% Red : 0,00% R\$
 Despesas Aduaneiras : R\$
 Taxa Siscomex : R\$
 Base de Cálculo PIS/COFINS: R\$
 PIS : 1,65% Red : 0,00% R\$
 Cofins: 7,60% Red : 0,00% R\$
 Base de Cálculo ICMS : R\$
 ICMS : 17,00% Red : 0,00% R\$

=====

RESUMO DOS VALORES

AD.	CIF R\$	II R\$	IPI R\$
	PIS R\$	COFINS R\$	
001			

TOTAL M.L.E. R\$
 TOTAL M.L.E. US\$

Declaração: 08/1752886-0

Data do Registro: 04/11/2008

3/ 3

Adição: 08/1752886-0 / 001

Exportador/Fabricante/Produtor

Nome:

País: ARGENTINA

Classificação Tarifária

NCM	3901.20.29 -	OUTS.POLIETILENOS S/CARGA,D>=0.94,EM FORMAS PRIMARIAS
NBM	3901.20.29	
NALADI-SH	3901.20.00	

Condição de Venda

INCOTERM: FOB	- FREE ON BOARD
VMCV:	DOLAR DOS EUA

Peso Líquido da Adição: 99.000,00000 Kg**Descrição Detalhada da Mercadoria**

00308430 - POLIETILENO HDPE NG 7000 ALTA DENSIDADE - 25KG POR SACA, 55 SACAS POR PALLET - POLIETILENO DE ETILENO E BUTENO EM FORMA PRIMÁRIA, COM UM MOTIVO MONOMÉRICO DE ETILENO QUE REPRESENTA 95% OU MAIS EM PESO, DO TEOR DO TOTAL DO POLÍMERO, DE DENSIDA DE MAIOR O IGUAL A 0.940. 0.9490G/CM3. NÃO VULCANIZADO, SEM CARGA, EM GRÂNULOS.
Qtde: 3960 SACA VUCV: 43,7500000 DOLAR DOS EUA

Imposto de Importação

Regime de Tributação: RECOLHIMENTO INTEGRAL
Aliquota Advalorem (Acordo Tarifario) : 0,00 %
Valor a Recolher: R\$ 0,00

Imposto sobre Produtos Industrializados

Regime de Tributação: RECOLHIMENTO INTEGRAL
Aliquota Advalorem (TIPI) : 5,00 %
Valor a Recolher: R\$

Dados Gerais Pis e Cofins

Base de Cálculo: R\$
Percentual de Redução da Base de Cálculo: 0,00 %
Regime de Tributação: RECOLHIMENTO INTEGRAL
Aliquota ICMS: 17,00 %

Pis/Pasep

Aliquota Ad Valorem: 1,65 %
Valor Devido: R\$
Valor a Recolher: R\$

Cofins

Aliquota Ad Valorem: 7,60 %
Valor Devido: R\$
Valor a Recolher: R\$

ANEXO I – TELA ACE 18

Consulta Declaração de Importação - [Adição N° 08/1752886-0/001]

CPF: 946.273.630-87

Declaração Adição ?

CONSUMO 08/1752886-0 / 001

Fornecedor Mercadoria Carga Valor Aduaneiro **Tributos** Câmbio

I.I. **I.P.I.** **Pis/Cofins** **Antidumping**

Regime de Tributação:
Regime de Tributação: RECOLHIMENTO INTEGRAL

Base do Cálculo: 374.125,49

Alíquotas

Ad Valorem: 14,00 %
Acordo:
Reduzida:
Percentual de Redução:

Acordos Tarifários

Tipo: ALADI
Código ALADI:
ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONOMICA N.
18 - MERCOSUL

Alto Legal
12%
000 DEC EXEC 000550 1992

Calculado

Valor Calculado: 52.377,56	Valor Reduzido: 0,00	Valor Devido: 0,00	Valor a Recolher: 0,00
-------------------------------	-------------------------	-----------------------	---------------------------

ANEXO J - PROTOCOLO DE LIBERAÇÃO DE MERCADORIA IMPORTADA (PLMI)

Page 1 of 1



**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Data: 11/11/2008
Hora: 14:39:25**

**PROTOCOLO DE LIBERAÇÃO DE MERCADORIA OU BEM IMPORTADO
Nº 80700006453083**

Número da DI: 817528860
Data do Desembaraço: 05/11/2008
Data da geração do PLMI: 11/11/2008

1 - Identificação do Recinto Alfandegado

CNPJ:
Nome:
Município:
Responsável pela
Liberação:

2 - Identificação do Importador

Nome:
Inscrição:
CNPJ/CPF:
Município:

3 - Dados da Operação de Importação

Valor da Importação:
ICMS Devido: 0,00
Tipo de Liberação: Regime Especial
Total Pago: 0,00
Número do Regime Especial: 65010000057748

Observações:

- A emissão deste protocolo não implica reconhecimento da legitimidade do valor do imposto apurado, nem homologação dos valores recolhidos ou desonerados.
- Este Protocolo substitui a Nota Fiscal de Entrada, modelo 1 ou 1A para fins de transporte, que somente é válido quando acompanhado da DI.
- Este Protocolo substitui a Guia de Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS ou a apresentação do documento de arrecadação nas operações realizadas em Recintos Alfandegados que utilizem o sistema de liberação eletrônica de importações.

Placa	Nome do Transportador	Município	UF
-------	-----------------------	-----------	----

ANEXO L – NOTA FISCAL INDIVIDUAL

[illegible]

ANEXO M – NOTA FISCAL MATRIZ

NOTA FISCAL
☐ SAÍDA ☒ ENTRADA

027790
Nº
SÉRIE 3

1ª VIA
DESTINATÁRIO/
REMETENTE
DATA DE EMISSÃO
06/11/2008
DATA DA SAÍDA, ENTRADA
DATA DA SAÍDA

TIPO DE OPERAÇÃO		CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
Comércio p/ Comercialização		3 102		
DESTINATÁRIO / REMETENTE			CNPJ / UF	
IME / RAZÃO SOCIAL				
ENDEREÇO		BAIRRO / DISTRITO	CEP	
MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
UNO FIC		UF	ISENTO	
BLINDO PIRES				

QD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	SY	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	IP	VALOR DO ICMS
	POLYETHYLENE HOME W6 2000	39012029	15	SC	3960			17	5	
PIS/PASEP COFINS ICMS DEFERIDO IMPORTAÇÃO, MATÉRIA-PRIMA - REUNE ESPECIAL Nº 161/2003. PROCESSO Nº 256F 48.727/056, PASEP Nº 1948/2003 - REFIN - VIGÊNCIA INDETERMINADA. NOTA FISCAL MATRIZ PRODUTO NÃO ENQUADRADO NA PORTARIA EM VIGOR SOBRE TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS ACFU9900996 GNF00747334, CRXU4905747, CRXU9836156										

CÁLCULO DO IMPOSTO				
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
VALOR DO PIS/PASEP	VALOR DO COFINS	OUTRAS DESPESAS ACRÉDITAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS				
IME / RAZÃO SOCIAL		PRETE POR CONTA 1 - EMISSOR 2 - DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	UF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE (kg)	ESPECIE	SAÍDA	MARKA	NÚMERO
				S/N
		PISCO BRUTO		PISCO LÍQUIDO
		007.485.00000		77.000.00000

DADOS ADICIONAIS		RESERVADO AO FISCO		Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	
06/11/2008 TX DOLAR R\$ 2,1158				027790	
LOS-IV SANTOS					
INST. PORT. MAR. N.F. USO PÚBLICO-TERMINAL BARRIO					
308 BDP INCRP0081014900055A REF. ITJ-00					
PI 43936277, SBF 30662393					
OBSERVAÇÃO: PARA OS DADOS PIS/PASEP E COFINS, O CONTRIBUÍVEL DEVE SER PIS/PASEP E COFINS, NÃO SE ENQUADRANDO NA PORTARIA EM VIGOR SOBRE TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS.					

DATA DO RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		NOTA FISCAL	
				Nº 027790	
				SÉRIE 3	

ANEXO N – COMPROVANTE DE IMPORTAÇÃO

	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB Coordenação-Geral do Sistema Aduaneiro	COMPROVANTE DE IMPORTAÇÃO
1. DADOS GERAIS		
DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO Nº 08/1752886-0	DATA DO REGISTRO 04/11/2008	
DECLARAÇÃO RETIFICADORA Nº	DATA DO REGISTRO	
2. DADOS DO IMPORTADOR		
NOME DO IMPORTADOR	CNPJ/CPF	
ENDEREÇO COMPLETO		
3. DADOS SOBRE A CARGA		
VALOR TOTAL DA IMPORTAÇÃO (R\$)	PESO BRUTO (Kg) 100.485,0	QUANTIDADE DE VOLUMES 3960
4. DADOS DO DESEMBARAÇO		
CANAL DE CONFERENCIA ADUANEIRA VERDE	DATA DO DESEMBARAÇO 05/11/2008	
OBSERVAÇÕES	DATA DA EMISSÃO 11/11/2008	

ANEXO O – SOLICITAÇÃO DE CARREGAMENTO



Ao PORTO ITAJAÍ.

Prezado(s) Senhor(es):
AUTORIZAÇÃO.

Autorizamos a liberação deste carregamento.

Importador:

**CONTEINER: AMFU8922228, GVCU5319256, GVCU5339822,
GVCU5347730.**

Transportadora:

CNPJ:

Endereço:

Itajaí – SC

CEP:

Tel:

ANEXO P – CARTA DO MAPA

	
---	---

REQUERIMENTO PARA FISCALIZAÇÃO DE EMBALAGENS E SUPORTES DE MADEIRA PROTOCOLO N° _____

Sr. Chefe do SVA/UVAGRO – ITAJAI

Com base na Instrução Normativa SDA nº 04/2004, vimos requerer à Vossa Senhoria a inspeção do material discriminado abaixo:

☐

IMPORTAÇÃO

☐

EXPORTAÇÃO

1) Informações sobre o importador/exportador:

Importador/exportador:

CNPJ:

CADASTRO N°:

Endereço:

Bairro:

CEP:

- ITAJAI/SC

2) Informações sobre a partida importada ou a ser exportada:

Tipo de mercadoria(s) constante(s) da partida e acondicionada(s) em embalagem de madeira : **Resina de Polietileno**

País de origem/destino: **ARGENTINA/BRASIL** Meio de transporte: Marítimo – **LOG-IN SANTOS**

Local de armazenagem: **PORTO DE ITAJAI** Container: **AMFU8900996, AMFU8947334, CAXU4905747, CAXU9336155.**

3) Características das embalagens:

Caixa/engradado de madeira bruta

Madeira de Estiva

Madeira Processada

Outros

Suporte de madeira para transporte(paletes) e outros

Possui a **MARCA INTERNACIONAL de Tratamento**

☐

M
B

☐

H
T

☐

KD-
HT

4) Documentos anexados:

☐ Cópia do BL nº **902257808002N**

Itajai, 27/11/2008

ÁREA EXCLUSIVA DA FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DO MAPA

Condições de enquadramento:

☐

Liberada da Inspeção

☐

Embalagem sujeita à Inspeção

Parecer da Fiscalização:

PRESCRIÇÃO DE TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO

ELIMINAÇÃO (DESTRUIÇÃO) DA EMBALAGEM

RECHAÇO DA PARTIDA (PROIBIÇÃO DE DESPACHO)

LIBERADO

Observações:

Carimbo da Repartição

(Local)

(Data)

Fiscal Federal Agropecuário

ANEXO Q – CERTIFICADO DE ANÁLISES

Certificado 906615

Data: 09.10.2008

Certificado de Análises

ITACAI

SC

BRASIL

Nº Pedido:

GuiaRemessa:66254365 10

Produto: POLIETILENO NG 7000 DE ALTA DENSIDADE

Lote: WJ0485B882 WJ0585B885

Embarc.em:

BAHIA BLANCA

BS ARGENTINIEN

Análises	Unidade	Resultado WJ0585B885	Limites		Metodo
			Minimo	Maximo	
I. Fluidex 5.0kg	dg/min	9,39	0,32	0,45	ASTM D1238
I. Fluidex 21.6kg	dg/min	11,1	9,0	12,0	ASTM D1238
Densidade	g/cm3	0,9495	0,9470	0,9510	ASTM D792

Nelson Rodriguez
Supervisor Control de Calidad, Laboratorio

Para consultas, comunique-se com Serv. a Clientes ou depart. local de venda

Buenos Aires

Bahía Blanca

ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS

Nome do estagiário
Ana Paula Tosin

Orientadora de conteúdo
Prof.^a MSc. Graziela Breitenbauch de Moura

Supervisor de campo
Alessandro Oliveira

Responsável pelo Estágio
Prof. Natalí Nascimento